



Gabinete Vereador Eliseu Gabriel

VOTO DE JÚBILO E CONGRATULAÇÕES

Requeiro à Douta Mesa nos termos regimentais, ouvido o Egrégio Plenário, que seja consignado nos anais desta casa, o Voto de Júbilo e Congratulações à

“Comissão de Justiça e Paz de São Paulo”

Denominada oficialmente como Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, foi criada no ano de 1972, no auge da ditadura militar de 1964-1984 e tinha, como principal objetivo, a defesa dos direitos humanos.

O intuito da criação da Comissão era o de combater toda e qualquer forma de violência, notadamente os casos de torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos levados a cabo pelos órgãos de repressão política, mas, atuava também em socorro à população carente, encaminhando-os para atendimentos médicos e dentários; auxílio financeiro para pagamento de aluguéis atrasados, alimentos ou vestuário; além de assistência jurídica.

Em razão dessa atuação social abrangente, a comissão colaborava com iniciativas governamentais como o programa Pró-Menor e com o grupo de estudos organizado em 1976 pela Secretaria de Justiça do Estado, visando à implantação das prisões-albergues, em que presos com bom comportamento eram autorizados a trabalhar durante o dia.

Em 1975 a Comissão encomendou pesquisa ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) sobre os principais problemas enfrentados pelos cidadãos paulistas. O resultado, publicado no livro *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza*, gerou polêmica por apresentar “uma radiografia das doenças da metrópole” atribuindo-as ao “modelo econômico brasileiro”. O Secretário de Segurança Pública de São Paulo à época, coronel Antônio Erasmo Dias, declarou que o trabalho “distorcia a realidade” além de ser “essencialmente marxista”.

Em outubro do mesmo ano a Comissão uniu-se à OAB, ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e à Associação Brasileira de Imprensa - ABI para cobrar esclarecimentos sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército.

Em dezembro de 1976 a comissão recebeu um pedido de Dom Paulo Evaristo Arns para estudar a possibilidade de processar o coronel Erasmo Dias por crime de violação da correspondência de dois presos políticos, um frade e o bispo de Goiás Dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, que visava relacionar pessoas condenadas pela Lei de Segurança Nacional e membros da Igreja.

Tamanho comprometimento com a defesa dos direitos humanos e o engajamento com as atividades de assistência social voltados aos direitos humanos e aos problemas cotidianos da população carente de São Paulo fazem, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, grande merecedora do reconhecimento e homenagem da Câmara Municipal de São Paulo.

Assinatura manuscrita de Eliseu Gabriel em tinta azul.

Eliseu Gabriel
Vereador Líder do PSB



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DE MÚLTIPLAS ASSINATURAS RDS 1561/2022

Autor

Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) em 14/12/2022

Apoiadores

Ver. CELSO GIANNAZI (PSOL) em 14/12/2022

Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO) em 14/12/2022

Ver. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) em 14/12/2022

Ver. ISAC FELIX (PL) em 14/12/2022

Ver. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) em 14/12/2022

Ver. ARSELINO TATTO (PT) em 15/12/2022

Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) em 15/12/2022

Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) em 15/12/2022

Ver. SIDNEY CRUZ (MDB) em 15/12/2022

Ver. CRIS MONTEIRO (NOVO) em 15/12/2022

Ver. LUANA ALVES (PSOL) em 15/12/2022

Ver. XEXÉU TRIPOLI (UNIÃO) em 15/12/2022

Ver. ADILSON AMADEU (UNIÃO) em 15/12/2022

Ver. DR. MILTON FERREIRA (PODE) em 15/12/2022

Ver. GILSON BARRETO (MDB) em 15/12/2022

Ver. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) em 15/12/2022

Ver. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) em 15/12/2022

Ver. EDIR SALES (PSD) em 15/12/2022